

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E CONTABILIDADE-FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O COMPORTAMENTO DO SETOR INFORMAL
NO CICLO DE CONJUNTURA

ROSANA RODRIGUES BARBOSA

FORTALEZA-CEARÁ

1993.1

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em
Ciências Econômicas, como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas

O COMPORTAMENTO DO SETOR INFORMAL
NO CICLO DE CONJUNTURA

ROSANA RODRIGUES BARBOSA

Monografia aprovada em de de 1993

Prof. Antonio Lisboa Teles da Rosa
Orientador

Prof. Aécio Alves de Oliveira

José Meneleu Neto

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que colaboraram de forma direta ou não para a conclusão desta monografia.

Em especial, agradeço aos professores Meneleu e Aécio que acompanharam não só a avaliação deste trabalho, mas que também ajudaram tanto na definição do tema, quanto no enriquecimento das discussões ao longo do trabalho.

Ao Prof. Lisboa não somente pela sua orientação, mas principalmente pelo incentivo e confiança transmitidos por ele nas etapas mais difíceis desta tarefa.

À Profa Sandra que gentilmente cedeu sua sala para as minhas horas de estudo.

Aos colegas de faculdade e de trabalho (SINE/CE) pelo interesse, disponibilidade e confiança depositados no meu trabalho.

Aos familiares que compartilharam as ansiedades, as preocupações e a compensação deste esforço.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I - Resenha histórica dos estudos contemporâneos	
acerca do conceito de setor informal	7
1.1. Introdução	7
1.2. Teorias desenvolvimentistas	8
1.3. As vertentes críticas ao desenvolvimentismo	10
1.4. Teorias do Setor Informal (SI)	12
1.5. Estudos do setor não-capitalista - algumas abordagens recentes	18
1.5.1. Marginalidade	18
1.5.2. Mercado informal de trabalho	21
1.5.3. Formas de organização não-capitalistas	22
1.5.4. Produção simples de mercadorias	25
1.6. O conceito de mercado informal neste trabalho	27
CAPÍTULO II - O comportamento conjuntural do mercado de trabalho	
II.1. Aspectos metodológicos	29
II.2. O funcionamento geral do mercado de trabalho no Brasil	33

11.3. O crescimento do mercado informal nos primeiros anos da década de 90	36
11.3.1. A conjuntura econômica nacional do período e sua influência sobre o mercado de trabalho no Brasil	36
11.3.2. O mercado informal de trabalho em . Fortaleza	43
CONCLUSÃO	59
BIBLIOGRAFIA	64

econômico. Esse papel do setor informal dependerá essencialmente do tratamento a ser dado à mão-de-obra que procura inserir-se no mercado de trabalho, aos níveis atuais, notadamente à mão-de-obra de baixa produtividade.

O estudo desenvolvido neste trabalho tem o objetivo de investigar a participação do setor informal no mercado de trabalho da cidade de Fortaleza, particularmente nos anos de 1990 a 1992. Entretanto, não poderíamos iniciar a exploração do tema central sem apresentar os aspectos teóricos que fundamentam essa análise. Neste ponto, procuramos não apenas explicitar a conceituação a ser adotada, mas expor as diversas abordagens acerca do setor informal.

Portanto, no capítulo seguinte, discutiremos a origem dos conceitos de setor informal e sua relação com as teorias de desenvolvimento econômico, com o propósito de entendermos melhor as diferentes abordagens que existem em torno deste tema, e para melhor explicitarmos o conceito com o qual trabalharemos.

O segundo capítulo é dividido em quatro seções; a seção 1 aborda questões metodológicas procurando aproximar, na medida do possível, o conceito teórico que norteia o trabalho ao conceito operacional utilizado pela pesquisa do Sistema Nacional de Emprego-SINE/CE, que é a fonte de informações estatísticas deste trabalho. Em seguida, a seção 2 reproduz um esquema geral de funcionamento do mercado de trabalho no Brasil; na seção 3, passamos a uma breve

exposição da conjuntura econômica nacional do período e seus reflexos sobre o mercado de trabalho no país; e, para concluir, fazemos uma análise do comportamento específico do mercado informal de trabalho em Fortaleza nos anos de 1990 a 1992, de acordo com as estatísticas fornecidas pelo SINE/CE.

CAPÍTULO I - Resenha histórica dos estudos contemporâneos acerca do conceito de setor informal

1.1. Introdução

Uma das maiores dificuldades que encontramos ao adentrar num estudo do mercado informal de trabalho é a que diz respeito à própria compreensão do que seja este conceito. A multiplicidade de trabalhos e a riqueza de análises não têm sido, até o presente momento, exitosas no alcance de um conceito definitivo. O universo de atividades que o título informal abrange varia de um autor para outro e isso tem contribuído para que as mais distintas formas de ocupação sejam enquadradas no setor informal, comprometendo a clareza do seu conteúdo econômico e social.

O interesse pela compreensão do que seja o mercado informal, como afirma Katz², justifica-se não só do ponto de vista acadêmico, mas também porque, em primeiro lugar, relaciona-se com posições defendidas em debates mais amplos acerca do desenvolvimento econômico; em segundo lugar, porque o modo como se enxerga o setor informal determinará os rumos das propostas e das práticas de política econômica para o setor.

² KATZ, Fred. A Questão conceitual nos estudos contemporâneos de atividades econômicas de pequena escala, suas relações com as teorias de desenvolvimento econômico. Uma breve resenha histórica e crítica in ANAIS DA ANPEC, 1986.

Nas páginas que se seguem iremos expor a origem e a evolução dos conceitos de informalidade com a apresentação das principais teorias, seus pontos convergentes e suas análises conflitivas que permanecem em virtude de terem origem, como veremos adiante, em compreensões distintas da realidade capitalista no terceiro mundo. Iniciaremos seguindo a abordagem de Katz³ para a explicação de como o setor informal surgiu no debate econômico, seguida da apresentação de algumas abordagens recentes; concluiremos o capítulo com um breve comentário a respeito do referencial teórico que adotaremos no presente trabalho.

1.2. Teorias desenvolvimentistas

O estudo do tema mercado informal tem, como já dissemos, estreitas relações com o tema desenvolvimento econômico. Essas relações começam com o surgimento deste tema como objeto de estudo em economia. Isto se deu a partir das críticas às teorias desenvolvimentistas, logo que os resultados da industrialização nelas apregoada demonstraram sua precariedade para a transformação da realidade social latino-americana.

³ Katz, Fred. op. cit.

Os dois projetos de desenvolvimento surgidos no Brasil no pós-guerra, a saber: o Modelo Democrático Burguês (MDB)⁴ e a abordagem Cepalina (vertente neoclássica mesclado de componentes keynesianos e de conceitos de mercados imperfeitos), paradoxalmente, compartilhavam de uma mesma visão otimista acerca do desenvolvimento econômico nos países periféricos, que seria motivado, principalmente, por um processo acelerado de industrialização. Esta promoveria o desenvolvimento sob dois aspectos: evitando a deterioração dos termos de troca, decorrente de uma divisão internacional do trabalho prejudicial à periferia, e internalizando a determinação do ritmo da acumulação, uma vez que a indústria era vista como o setor dinamizador da economia.

No início dos anos 60, os resultados do projeto desenvolvimentista (modelo de substituição de importações) demonstravam que o processo de industrialização não só não havia eliminado as desigualdades sociais, como as agravava aumentando os diferenciais de renda e a miséria. Neste momento, surgem as primeiras críticas ao desenvolvimentismo, buscando explicar por que o processo de industrialização pelo qual passaram os países latino-americanos não resultou em superação dos problemas cruciais de atraso e pobreza.

⁴ Denominação utilizada por Guido Mantega, em "Economia Política Brasileira", para identificar a vertente marxista do desenvolvimentismo.

1.3. As vertentes críticas ao desenvolvimentismo

Dentre as diversas correntes de análise destacam-se duas: a primeira, de caráter reformista, segundo a qual a grande falha dos modelos desenvolvimentistas era a de crer que a industrialização traria por si só o bem-estar social. A recomendação é então, que se empreenda programas específicos de elevação do nível de vida das camadas mais pobres a fim de se obter crescimento com equidade social (Redistribution With Growth (RWG))⁵. Esses programas, logo encampados pela OIT, destinavam-se a combater o desemprego, tido pelos técnicos dessa instituição como principal fator desencadeador da pobreza.

Uma maior aproximação da realidade dessas economias permitiu constatar, porém, que o desemprego no terceiro mundo comportava-se de forma peculiar, tal que as categorias analíticas utilizadas, como desemprego voluntário, não se enquadravam à realidade desses países periféricos. A mão-de-obra desempregada não deixava de trabalhar, mas ocupava-se em atividade de baixa produtividade e renda; além disso, boa parte daqueles legalmente empregados tinham empregos precários (baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, ou irregularidade, etc.), sendo que este conjunto passou a ser denominado de setor informal.

⁵ Essa expressão é utilizada por Katz para denominar os estudos que compartilham da idéia de combinar crescimento com uma política simultânea de melhoria da situação dos menos providos. A primeira utilização desta idéia, ainda segundo Katz, foi feita em 1972, por Hans Singer.

A partir daí os esforços se voltaram para a melhoria da qualidade dos empregos em vez de preocupar-se somente com a criação dos mesmos. Pode-se dizer, entretanto, que a maior contribuição do RWG tenha sido a de ter levado a questão do setor informal para o centro das discussões teóricas e políticas sobre o mercado de trabalho. Como afirma Katz,

"O RWG não só conduziu a uma tomada de consciência com respeito ao SI como também dirigiu para o mesmo importante atenção, fazendo assim com que, em termos de política e mesmo de teoria, o SI passasse à ordem do dia"⁶.

Uma outra visão crítica do projeto desenvolvimentista é a que tem origem num trabalho de Paul A. Baran, "The Political Economy of Growth", citado por Katz, no qual é desenvolvida a tese de que o desenvolvimento do capitalismo na periferia se dá de forma parcial, ou seja, essencialmente diferente do modelo clássico. Essa contribuição somada a trabalhos afins no campo sociológico⁷ abriu novas perspectivas de análise na tentativa de explicar a existência

⁶ KATZ, op. cit. pg. 336.

⁷ Essas contribuições da sociologia giram em torno da questão da "marginalidade", cujo significado maior atual será abordado na seção seguinte com o trabalho de Lúcio Kowarick. Para uma explanação detalhada das diversas abordagens da marginalidade consultar Beatriz R. Z. de Azevedo, *A produção não-capitalista: uma discussão teórica*, cap. 2.

de uma ampla camada da população que não participa dos benefícios do sistema sócio-econômico, o que é associado no plano econômico ao desemprego e subemprego.

A observação de que as relações de produção capitalista só prevalecem para uma certa parte da sociedade implica que uma parte desta se manterá não-capitalista. Essa concepção deu origem a um importante grupo de estudos do mercado informal, do qual teremos oportunidade de comentar a seguir.

1.4. Teorias do Setor Informal (SI)

As teorias específicas do setor informal são agrupadas por Katz em dois grupos, conforme a concepção de desenvolvimento que lhes deu origem. Em primeiro lugar, o grupo ligado à RWG, chamado simplesmente Estudos do Setor Informal (ESI). Estes atribuem a origem do SI ao modelo de desenvolvimento capitalista levado a efeito na América Latina, ou seja, ao modelo de substituição de importações, poupador de mão-de-obra, em virtude da importação e utilização de tecnologia capital-intensiva. Deste modo, o contingente crescente de trabalhadores que busca inserir-se no mercado de trabalho - em virtude do padrão acelerado de crescimento populacional - não encontra postos suficientes para ocupação obrigando-se pois, a desenvolver algum tipo de atividade para sobreviver.

Associada a isto, a rápida urbanização elevou o fluxo de migrantes que não são absorvidos pelas atividades "modernas" (por razões tecnológicas ou pelo baixo nível de qualificação desta mão-de-obra) e que virão a compor o setor informal, isto é, "um novo setor tradicional em termos de renda e produtividade e que constitui o mecanismo através do qual procuram subsistir os imigrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho"⁹. Vemos pois que faz-se aqui uma associação entre pobreza, migração e setor informal.

Cabe ressaltar que nesta interpretação os setores formal e informal participam de um mesmo mercado, que devido à sua heterogeneidade comporta uma série de atividades hierarquizadas. Deste modo, o setor informal compreende um conjunto de atividades pouco capitalizadas, de baixo nível tecnológico, organizadas em unidades produtivas muito pequenas. Esta visão é muito criticada, porque embora sejam admitidas as relações entre os setores formal e informal, este último é tido como o circuito inferior da produção.

De acordo com esta visão dos ESI, como tendência de longo prazo, a participação do SI nos mercados deverá reduzir-se, à medida que o tamanho do mercado ocupado por ele cresça, permitindo a sua exploração por parte de uma empresa capitalista, detentora de tecnologia que proporcione ganhos de escala. Isto não significa,

⁹ PREALC (1974) apud CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. 1983. Série ensaios econômicos, nº 26, IPE-USP, p. 22.

porém, que o setor esteja sujeito à extinção, já que estas atividades podem ser lucrativas no curto prazo; no longo prazo, entretanto, elas tendem a perder participação no mercado.

Mas como o SI constituirá, por um período relativamente longo, a única forma de sobrevivência das camadas mais pobres, justifica-se a adoção de medidas de política que amenizem as desigualdades de renda. Os ESI propõem políticas específicas para o setor e para as atividades diferentes dentro do SI. Este é dividido em atividades funcionais - as quais se desenvolvem a níveis de produtividade que lhes permitem sobreviver à concorrência capitalista - que devem ser estimuladas, e as marginais que tendem a desaparecer rapidamente só restando, em termos de assistência, capacitar os trabalhadores envolvidos para se engajarem noutras ocupações.

O segundo grupo de estudos do mercado informal, filiado à visão marxista, é denominado por Katz Estudos do Setor Não-Capitalista (ESNC). Segundo essa abordagem, os países periféricos constituem-se formações econômicas e sociais que abrangem diferentes modos de produção articulados e subordinados a um modo de produção dominante, o capitalismo.

Reconhecendo a grande heterogeneidade do mercado informal (formas não-capitalistas de produção), Souza⁹ propõe tipologias de

⁹ SOUZA, Paulo Renato. Emprego e Renda na "pequena produção" urbana no Brasil. Estudos Econômicos, 11, São Paulo, IPE-USP, mar. 1981.

formas não-capitalistas, distintas umas das outras por um conjunto de características, mas que guardam o caráter comum de possuírem natureza não-capitalista.

A mão-de-obra excedente que compõe este setor é formada a partir da instalação do modo de produção capitalista no espaço ocupado pela produção mercantil simples. A mão-de-obra é deslocada para o setor capitalista, ou seja, proletariza-se. Todavia, sabe-se que a concorrência capitalista levou a uma concentração crescente e a uma elevação da composição orgânica do capital, diminuindo a mão-de-obra requerida por unidade de produto. Portanto, se ocorre um alto ritmo de crescimento populacional, aliado a um rápido processo de destruição do espaço da pequena produção, como foi o caso da América Latina, o capital não precisará manter empregado todo o contingente de pessoas que sofreram proletarização. Estas, então, procurarão sobreviver nos espaços permitidos pelo capital, organizando-se de forma não-típicamente capitalista; em outras palavras, o capital cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção.

Kowarick^{1º} atribui ao tipo de desenvolvimento que o capitalismo assumiu na periferia capitalista uma série de efeitos negativos sobre a ocupação de força de trabalho. Ele se propõe explicar a origem do SI a partir do caráter dependente do capita-

^{1º} KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Paz e Terra, RJ, 1977.

lismo latino-americano; ou seja, em decorrência destes países estarem submetidos a uma relação de dependência dos países centrais, a marginalidade -entendida aqui como o conjunto de atividades organizadas sob moldes não-capitalistas - alcança níveis bastante elevados.

Devemos dizer que em nenhum momento Kowarick afirma que o capitalismo autônomo (dos países centrais) e o dependente estejam baseados em lógicas diferentes. O que ele afirma é que o caráter dependente aguça as contradições inerentes ao capitalismo. Nas suas palavras,

"(...) tal configuração histórica acirra as contradições inerentes à própria essência do capitalismo, basicamente devido ao caráter abrupto e parcial com que o capital estrangeiro monopolista penetrou nas sociedades latino-americanas"¹¹.

Deve-se ressaltar, igualmente, que o fato de estarmos diante de problemas tais como, pobreza e desemprego, não significa que o capitalismo na região não é suficientemente dinâmico. Ao contrário, o crescimento se dá a despeito e com colaboração destes.

¹¹ KOWARICK, Lúcio apud AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. A produção não capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre, FEE, 1985. pg. 69.

"Assim, as interpretações mais recentes do fenômeno, ao entenderem a marginalidade como um componente intrínseco ao processo de produção capitalista, não mais a reduzem a uma disfunção do sistema, mas sim encaram-na como uma contradição do próprio movimento de expansão do capital"¹².

Em resumo, os diversos autores do corpo teórico marxista procuram explicar o mercado informal a partir das características de funcionamento do sistema econômico, ou seja, numa análise histórica e estrutural da formação do SI. Este setor é considerado como esfera da produção, subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista; esta subordinação provoca constante destruição e recriação das atividades não-capitalistas. É portanto, uma relação de dependência, onde cada setor se beneficia, mas de forma diferente com larga vantagem para o setor capitalista hegemônico.

A seguir apresentaremos quatro trabalhos específicos dentro dos ESNC que deram importantes contribuições para as teorias do setor não-capitalista.

¹² AZEVEDO, Beatriz Regina de. *A produção não-capitalista: uma discussão teórica*, p. 29.

1.5. Estudos do setor não-capitalista - algumas abordagens recentes¹³

1.5.1. Marginalidade

Kowarick¹⁴ apresenta a questão da marginalidade - conjunto das atividades não-capitalistas - inserida no próprio processo de acumulação do capital. Isto apresenta um avanço, na medida em que supera a visão de muitos outros autores que encaravam este fenômeno como uma disfunção do sistema.

Kowarick enfatiza que a explicação para a permanência ou recriação de formas "arcaicas" devem ser buscadas nas leis que regem a dinâmica do capitalismo, que ao se expandir provoca um movimento, aparentemente contraditório, de criação e recriação de modalidades de trabalho não tipicamente capitalistas.

Um outro ponto que o autor ressalta, contrapondo-se aos trabalhos que definem o SI pelo elemento baixa remuneração, é o de que o nível de renda é explicado pelo tipo de inserção no sistema produtivo e não o contrário. Uma parcela da classe trabalhadora encontra-se vinculada diretamente ao capital, gerando um excedente

¹³ Baseamo-nos no trabalho de AZEVEDO, Beatriz Regina de. op. cit., onde podem ser encontrados maiores detalhes acerca das abordagens recentes do setor não-capitalista.

¹⁴ KOWARICK, Lúcio. in AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. op. cit. pg. 30-34.

que é expropriado por este, sob a forma de mais-valia, enquanto outra parte trabalha sob relações de produção não tipicamente capitalistas, mas ambas compõem a mesma classe trabalhadora, distinguindo-se somente pelo tipo de exploração¹⁵ a que estão submetidos; esta distinção, por seu turno, terá repercussões sobre o nível de remuneração percebido.

Portanto, para o autor a inserção dos trabalhadores na divisão social do trabalho é o que possibilita distinguir entre os chamados "trabalhadores marginais" e "não-marginais". Contudo, a dificuldade em caracterizar o tipo de exploração a que estão submetidos os trabalhadores das atividades não propriamente capitalistas, particularmente aqueles ligados a "novas" formas de inserção no sistema produtivo -- formas autônomas do setor terciário -- faz com que Kowarick recorra a critérios comparativos com o setor moderno. Na especificação dos grupos marginais, Kowarick distingue as formas artesanais e a indústria a domicílio, onde não existe ruptura entre o trabalhador e seus meios de produção; a mão-de-obra autônoma, caracterizada pelo desempenho de tarefas com pouca

¹⁵ O conceito de exploração usado por Kowarick diz respeito à forma que o sistema capitalista utiliza-se da mão-de-obra: diretamente, por meio da apropriação do excedente, gerado pela força de trabalho (forma fundamental de exploração, ou pelo rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, propiciado pelos trabalhadores marginais. Kowarick fala inclusive de de diferentes graus de exploração e trabalha com o conceito de superexploração para as antigas formas de inserção no sistema produtivo, como a indústria à domicílio e o artesanato (IBGE, Emprego, subemprego e desemprego, Rio de Janeiro, 1981, pg. 15).

especialização; o serviço doméstico; a força de trabalho empregada nas unidades capitalistas de forma intermitente; e o desemprego crônico ou trabalho ocasional ou sazonal.

Ou seja, para explicar as formas distintas de produzir, Kowarick acaba utilizando critérios como nível de tecnologia, maior ou menor especialização do trabalho que o fazem recair na análise estanque entre dois polos: o setor capitalista e os grupos marginais. A dualidade criticada por Kowarick é detectada no seu trabalho, por parte de outros autores. Acerca deste assunto, Azevedo afirma:

"Desse modo, Kowarick parece não perceber as particularidades internas de que se reveste o funcionamento das formas de produção não capitalistas, uma vez que encara a marginalidade, como tantos outros, a partir da perspectiva do "moderno", do setor capitalista"¹⁶.

Essa postura do autor, como destaca Azevedo, talvez se deva ao fato dele centralizar sua abordagem na compreensão do processo global de acumulação do capital, não permitindo que ele se detivesse numa análise mais detalhada das diversas formas de produção, englobando-as finalmente, no conceito de marginalidade.

¹⁶ AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. op. cit. pg. 33.

1.5.2. Mercado informal de trabalho

Estas idéias são uma primeira elaboração de Souza a respeito do conceito de SI, produto de trabalho conjunto com Tokman¹⁷, onde eles elegem como característica principal do mercado informal, a facilidade de entrada, uma vez que é para este setor que converge a mão-de-obra não absorvida pelas atividades capitalistas. O grau de facilidade de entrada depende de dois fatores: o tecnológico e a estrutura de mercado.

O determinante tecnológico é dado por uma reduzida capitalização, tecnologia simples e organização não formal, isto é, o salário não constitui remuneração do trabalho. A estrutura do mercado é um outro fator importante, porque a informalidade está restrita a mercados onde se verifica a facilidade de entrada, ou seja, em mercados competitivos. Vale salientar que podemos encontrar atividades informais nas franjas diferenciadas de mercados oligopolizados. De qualquer forma, a delimitação do setor informal é dada por estas duas condições que determinam a facilidade de entrada, como constatamos na própria conceituação de SI usada por estes autores.

"(...) conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas que utilizam processos

¹⁷ SOUZA, Paulo Renato & TOKMAN, Victor. O setor informal e a pobreza urbana na América Latina in SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salário e pobreza. São Paulo, Hucitec, 1990.

tecnológicos simples e que se encontram, além disso, inseridas em mercados competitivos ou na 'base' da estrutura produtiva, no caso dos mercados oligopólicos concentrados"^{1º}.

Em trabalho posterior^{1º}, o próprio Souza reconhece três deficiências deste conceito. A primeira é que esta visão implica em segmentação do mercado, no qual o setor informal comporia o "circuito inferior" da economia, caindo mais uma vez na armadilha do dualismo. O segundo problema é que a generalização do conceito esconde a heterogeneidade interna que o setor possui, o que pode ter repercussões até mesmo sobre as propostas de política econômica para o setor. Em terceiro lugar, como consequência da generalização, não se faz uma distinção do grau de facilidade de entrada para as diferentes atividades internas ao setor, o que Souza procurará retomar na sua abordagem mais elaborada.

1.5.3. Formas de organização não-capitalistas

Nesta nova abordagem^{2º}, Souza dispensa um tratamento particularizado às diversas atividades incluídas no conjunto, que ele passa a chamar de formas de organização não-capitalistas. Estas são

^{1º} SOUZA, & Tokman in AZEVEDO, op. cit. p. 42.

^{1º} SOUZA, Paulo Renato. op. cit. p. 29.

^{2º} Sousa, Paulo Renato. op. cit.

divididas em dois grandes grupos: o primeiro é denominado formas de organização mercantil simples e nele encontramos a) as atividades desenvolvidas em empresas familiares ou de forma autônoma, cujo acesso é dificultado pelos requerimentos em equipamentos e instalação, bem como pela reserva de mercado que possuem em função de políticas de clientes, relações pessoais, etc; b) os autônomos subordinados a um só capital, que na verdade é uma forma disfarçada de assalariamento. O grau de facilidade de entrada aqui é muito superior à atividade anterior, resultando em queda da renda média; c) pequenos vendedores de serviços, que são trabalhadores autônomos, mas que não se encontram protegidos pelos equipamentos ou pela reserva de mercado e nem estão subordinados a um único capital. Essa ocupação é a que permite a maior facilidade de entrada, conseqüentemente, a renda média é a variável de ajuste entre o espaço econômico disponível e o número de indivíduos nela empregados. O serviço doméstico é um caso a parte dentro das ocupações não-capitalistas, uma vez que não se mostra subordinado a um capital, mas à unidade familiar, de forma que as relações pessoais comuns neste mercado reduzem a concorrência.

O segundo grupo é o chamado quase-empresas capitalistas caracterizado por utilizar mão-de-obra assalariada (traço capitalista) e pelo fato do patrão estar envolvido diretamente no processo produtivo (traço não-capitalista), o que confere a este grupo uma dinâmica própria de funcionamento semelhante à empresa familiar. A taxa de lucro, como na empresa familiar, não é a

variável-chave do funcionamento, mas de outro modo, o rendimento total do proprietário é que motiva o empreendimento; além disso, sua inserção no mercado é intersticial não competindo, portanto, com empresas capitalistas.

Essa análise de Souza, como observa Azevedo²¹, trouxe importantes contribuições para a constatação da grande heterogeneidade interna do setor não capitalista. Além disso, ela tem o mérito de caracterizar as atividades não-capitalistas a partir de elementos que fazem parte da própria dinâmica interna dessas atividades, ou seja, sem recorrer a comparações entre estas e o setor capitalista.

Outra contribuição que devemos destacar é da consideração que Souza faz da renda média como variável de ajuste entre o tamanho do espaço econômico e o número de produtores nele engajados, no caso de atividades de fácil acesso. Como afirma Souza, o capital determina o espaço econômico, mas não sua dimensão ocupacional. Deste modo, a facilidade de entrada faz com que a renda média dependa não só do tamanho do mercado, mas, principalmente, do número de trabalhadores aí alocados. Ora, o ingresso nesse espaço pode ser maior do que ele possa comportar para manter um nível adequado de renda, daí, para o autor, a situação de miséria da população na produção mercantil simples resulta de uma relação inadequada entre o tamanho do espaço econômico e sua dimensão

²¹ Azevedo, Beatriz Regina Zago de. op. cit.

ocupacional.

1.5.4. Produção simples de mercadorias

Nesta linha encontramos os trabalhos de Singer e Jelin²²; estes autores se detem em pesquisa direta realizada em Salvador pelo CEBRAP/UFBA em 1971, buscando interligar o trabalho empírico com os conceitos formulados a nível teórico. Aqui nos interessa rever apenas de que modo estes autores operacionalizaram estes conceitos, sem nos determos na parte estatística do estudo.

Singer defende a opinião de que a produção simples de mercadoria, realizada por trabalhadores autônomos e proprietários dos meios de produção, constitui-se num modo de produção diverso do capitalismo, a ele subordinado, e restringindo-se a atividades que não interessam ao capital realizar, por não apresentarem economias de escala.

Para identificar o modo de produção em cada setor, Singer sugere examinar, inicialmente, a posição do indivíduo nessas ocupações. No entanto, ele ressalta que apesar do assalariamento ser a relação de produção típica do capitalismo, esta pode estar presente noutros modos de produção.

²² Estes trabalhos são comentados em *A produção não-capitalista: uma discussão teórica* de Beatriz Azevedo, pg. 56-64.

No caso da produção simples de mercadoria, o que a caracteriza é o fato do proprietário dos meios de produção participar diretamente do processo produtivo. Assim, o empregado da produção simples de mercadoria, tal como o seu patrão, não produz mais-valia, e portanto, não participa da produção do excedente social; os preços das suas mercadorias cobrem apenas os custos de produção, sem incluir uma margem de lucro proporcional ao valor dos meios de produção.

Outra maneira de distinguir o modo de produção é investigar o local de trabalho, com base na hipótese de que a cada modo de produção correspondem locais específicos de trabalho.

Jellin trabalha com a categoria produção simples de mercadoria, porém considerando-a não como um modo de produção, mas uma forma de organização da produção. A autora caracteriza a produção simples de mercadoria como a atividade em que o produtor controla os meios de produção e na qual não há apropriação de mais-valia já que as relações se dão entre produtor e cliente durante o processo de comercialização (ao invés de patrões e empregados durante o processo de produção).

A diferença fundamental entre essa forma de organização e a empresa capitalista é o uso de mão-de-obra assalariada. O capitalista ao comprar força de trabalho em troca de salário estabelece uma relação fundamental no sistema, pois será a utilização desta

força de trabalho na produção de bens e serviços que possibilitará a produção de valor, do qual o capitalista se apropriará.

Depois de termos apresentado a origem e o desenvolvimento do debate relativo à questão das atividades informais, julgamos conveniente conduzir o capítulo com um breve comentário acerca do referencial teórico que norteia esta monografia.

1.6. O conceito de mercado informal neste trabalho

Identificamos o setor informal de um modo geral com formas de produção não-capitalistas, produto da expansão do próprio capitalismo, que ao destruir certas atividades realizadas pela pequena produção, ao mesmo tempo cria e recria espaço para antigas e novas atividades não tipicamente capitalistas.

A determinação do espaço intersticial a ser ocupado por estas atividades é definida pelo próprio capital, isto é, o setor informal não cria seu próprio espaço nem pode avançar no espaço ocupado pelas firmas capitalistas, pois sua relação com o capital é de subordinação. Ou seja, o espaço onde se instala a informalidade é determinado pela dinâmica produtiva do capital.

As características que definem essas formas de organização podem ser sintetizadas conforme Cacciamali²³ da seguinte forma:

i) o produtor direto possui os meios de produção e participa diretamente do processo de trabalho, dividindo funções de patrão e empregado;

ii) em geral, não há acumulação de capital nem saltos tecnológicos devido a forma de organização apoiar-se no próprio trabalho; o rendimento auferido pelo proprietário é dividido entre manutenção familiar e da atividade econômica;

iii) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda capaz de sustentar o proprietário e os empregados que possam existir, e não por uma taxa de retorno competitiva;

iv) o trabalhador é capaz de aprender e participar de todo o processo de produção.

Note-se ainda que quando, não freqüentemente, ocorrem saltos tecnológicos estes resultam, geralmente, de uma redefinição das relações com o setor formal. Além disso, a prática de trabalho é individualizada, acentuando as características e habilidades pessoais. Cabe salientar que a definição do setor informal por esta lista de aspectos não significa uma adesão a qualquer das teorias que procuram associá-lo à atividade tecnologicamente inferiores. Esta distinção - fundada em elementos internos ao próprio setor, evitando assim comparações - visa somente explicitar o caráter e as relações deste setor com o núcleo capitalista do sistema econômico.

²³ CACCIAMALI, Maria Cristina, op. cit. pg. 28.

CAPÍTULO II - O comportamento conjuntural do mercado de trabalho

II.1. Aspectos metodológicos

No capítulo primeiro, dedicamo-nos a uma apresentação dos diversos conceitos e teorias explicativas do mercado informal, bem como à escolha do conceito de formas não-capitalistas de produção como referencial teórico a ser utilizado neste trabalho. Acreditamos que os aspectos teóricos que justificam esta abordagem já tenham sido exaustivamente discutidos.

É preciso, todavia, chamar atenção para a dificuldade que existe de articulação entre estas discussões e as pesquisas empíricas em torno do tema. Quem quer que pretenda utilizar-se de dados estatísticos acerca do SI enfrentará problemas não só de carência de dados, mas também de operacionalização de alguns conceitos. Essa defasagem entre as categorias teóricas e empíricas requer um esforço para o aperfeiçoamento das pesquisas que geram estes dados, a fim de adequá-los às transformações estruturais pelas quais passa o mercado de trabalho.

Neste trabalho, como não poderia ser diferente, deparamo-nos também com obstáculos desta espécie. As estatísticas que compõem o corpo do trabalho têm como fonte a pesquisa sobre desemprego e subemprego do SINE/CE, que considera como componentes do mercado informal as seguintes categorias: autônomo, exceto profissional

liberal; empregada doméstica; membro da família sem remuneração; assalariado sem carteira assinada, biscateiro e pequeno empregador.

O autônomo é definido como "pessoa que explora uma atividade qualquer, não caracterizada pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimentos, sem o concurso de força de trabalho assalariada"²⁴. Neste grupo estão os pequenos prestadores de serviço (bombeiros, eletricitistas, manicure, etc.) e os vendedores e compradores de mercadorias, que trabalham por conta própria.

Incluem-se, ainda, entre os autônomos, aqueles que produzem ou prestam serviço a uma única empresa, recebendo desta a matéria-prima para confeccionar, total ou parcialmente, um produto. Esta última categoria de autônomo subordinado, como afirma Souza²⁵, constitui-se numa forma disfarçada de assalariamento, já que, apesar de possuir os instrumentos de trabalho, este trabalhador não é dono do produto de seu trabalho. Dito isso, podemos observar que a própria qualificação deste trabalhador como autônomo é paradoxal, já que sua autonomia está bloqueada pela dependência em relação a uma forma capitalista.

²⁴ Estes conceitos estão descritos em "Uma reavaliação da pesquisa desemprego-subemprego no município de Fortaleza". SINE/CE, 1985.

²⁵ Souza, Paulo Renato de. Op. cit.

Já a inclusão do trabalho doméstico no setor informal é, até certo ponto, discutida entre os estudiosos da matéria; Souza o faz, mas explica que, por se tratar de assalariados que prestam serviço a uma unidade não-econômica - a família -, este é um caso peculiar, difícil de ser classificado, admitindo que sua inserção nas formas não-capitalistas se faz por "falta de melhor opção"²⁶.

Os assalariados sem carteira assinada também são questionados como elemento que pertença ao setor não-capitalista, uma vez que, independentemente do estabelecimento ou não do vínculo contratual formal, são trabalhadores a serviço do capital, envolvidos diretamente com a produção de mais-valia. O próprio SINE/CE admite que estes trabalhadores podem estar ocupados em unidades organizadas empresarialmente²⁷.

O fato é que apenas uma pequena parcela, pode-se dizer desprezível, desses assalariados podem ser enquadrados no setor informal; são os trabalhadores de microunidades produtivas, as quais Souza chama de quase-empresas capitalistas e que geralmente mantêm relações precárias de assalariamento com ganhos variáveis, jornada de trabalho não fixa, etc.

²⁶ Idem, pg. 35.

²⁷ Uchoa, José de Freitas - Coord. Mercado de trabalho do Ceará: estrutura, dinâmica e possibilidade de políticas de emprego. Fortaleza, SINE/CE, 1982.

Quanto ao pequeno empregador, a pesquisa o distingue como "aquele proprietário de uma empresa ou negócio, cujo funcionamento depende de seu trabalho imediato em atividades burocráticas (escritório, contabilidade, vendas, etc.) bem como participando da elaboração final da mercadoria e/ou serviço prestado"²⁸ Além disso, outras características são observadas no que diz respeito à relação com os empregados quais sejam: jornada de trabalho e remunerações variáveis, sem carteira de trabalho assinada, etc.

O biscateiro, por sua vez, realiza trabalho de pouca monta, sem ocupação definida, e compõe parcela quase desprezível em termos de participação na população ocupada - cerca de 0,3%. Finalmente, na categoria membro da família sem remuneração deveriam estar incluídos todos aqueles que estão ocupados na empresa familiar, seja empregado ou membro da família, remunerado ou não, uma vez que o fundamental é o fato da relação de produção se dar de forma distinta da relação de produção no núcleo capitalista da economia; em outras palavras, a remuneração não é a condição relevante para que estejam ou não inseridos no setor informal²⁹.

Dadas as explicações, passaremos a seguir a uma explanação sobre o funcionamento do mercado de trabalho em países com o

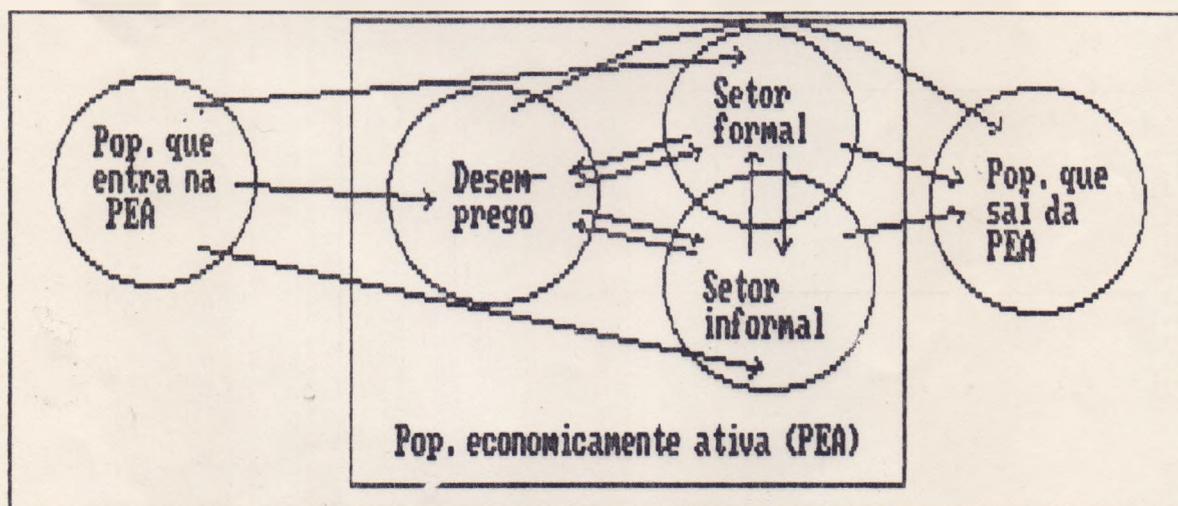
²⁸ SINE/CE, 1985, op. cit. pg 24.

²⁹ Pinheiro, Ana Paulo Bezerra. Economia informal: considerações teóricas e o caso de Fortaleza. Monografia, 1991 (mimeo).

Brasil. Este esquema, proposto por Sabóia^{3º}, pretende dar uma visão geral dos movimentos da mão-de-obra entre os setores do mercado de trabalho, ao longo dos ciclos de conjuntura.

11.2. O funcionamento geral do mercado trabalho no Brasil

A figura abaixo é representativa do mercado de trabalho e das inter-relações que existem entre os setores que o compõem.



FONTE: João L. M. Sabóia. Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Crise (1980 - 1983). Revista de Economia Política, Vol. 6, nº 3, jul/set 1986, pag. 84.

A população economicamente ativa (PEA) é composta por trabalhadores dos setores formal, informal, mais os desempregados. Queremos lembrar a dificuldade de distinção entre os setores formal e informal, como já foi discutido. Daí haver um espaço de interseção entre ambos na figura.

^{3º} SABÓIA, João L.M. Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a crise. 1980-1983 in Revista de Economia Política, vol. 6, nº 3, jul/set 1986, p. 84.

O movimento de estrada na PEA é em grande parte devido a jovens que procuram seu primeiro emprego, ingressar no mercado de trabalho. É comum em períodos de contração da renda familiar o ingresso de mão-de-obra feminina com forma de complementação da renda familiar, como tem ocorrido nos últimos anos no Brasil.

As saídas, por seu turno, correspondem, em geral, a mortes, aposentadorias de trabalhadores velhos, ou ainda a trabalhadores desalentados, que desistiram após contínuas tentativas de ingresso no mercado de trabalho.

Quanto ao sentido do deslocamento dentro da PEA, segundo Sabóia, este depende da fase do ciclo econômico. Em períodos de crescimento, o movimento principal se dá das condições de desemprego e ocupação informal para o formal. Nos períodos de recessão, em geral, o movimento é oposto, caracterizando a tendência ao comportamento anticíclico do setor informal, que se reduz nos períodos de aceleração e se amplia nos períodos de contração da atividade econômica, por constituir-se no "escoadouro" para onde se dirigem os novos trabalhadores que chegam ao mercado de trabalho, assim como os desempregados do setor formal.

Todavia, devemos salientar que este comportamento anticíclico do setor informal, particularmente nos períodos de expansão, não pode ser tomado como uma lei de funcionamento geral, já que a absorção da mão-de-obra por parte do setor capitalista dependerá da

forma que se realiza este crescimento. Se, por exemplo, a expansão se processar ao lado de uma elevação da composição orgânica do capital, provavelmente nós observaremos uma destruição de postos de trabalho e uma realocação para o setor informal da mão-de-obra excedente.

Por outro lado, sabemos que a passagem do setor formal para o informal nem sempre é imediata e sem dificuldades. Provavelmente, há um período de desemprego, e dependendo do tipo de atividade informal ele vai deparar com menores ou maiores barreiras à entrada³¹.

Daqueles que ingressam no setor informal, em parte permanece definitivamente; na maioria dos casos, por interesse em autonomia, ou por acharem que ganharam mais como autônomos do que como assalariados, ou ainda, por não conseguirem no mercado formal pela escassez de vagas.

Obviamente, como a entrada deste contingente de trabalhadores as condições de sobrevivência no setor informal, deterioram-se bastante, devido a "um maior número de pessoas disputando uma renda em queda na economia"³².

³¹ Veja sobre barreiras à entrada no SI comentário no Capítulo 1, pp. 13-14.

³² SABÓIA, João L. M. op. cit. pg. 85.

Na próxima seção, discutiremos como tem se comportado o setor informal nos últimos três anos, período fortemente recessivo, o que a princípio determinaria, como acabamos de expor, uma tendência à ampliação do setor informal.

11.3 O Crescimento do mercado informal nos primeiros anos da década de 90

11.3.1. A conjuntura econômica nacional do período e sua influência sobre o mercado de trabalho no Brasil

Para fazermos uma análise do comportamento do setor informal, no período compreendido entre os anos de 1990 e 1992, necessitamos fazer um breve comentário acerca da situação da economia brasileira nos últimos anos, cuja desorganização e instabilidade já perduram desde o início da década passada. Sendo por demais conhecidos os fatos econômicos que marcaram os anos 80, bem como suas causas e efeitos, nos limitamos a apresentar o quadro econômico da década subdividindo-o em três períodos: (a) 1981-83, marcado por uma crise intensa; (b) 1984-86, caracterizado por um movimento significativo de recuperação econômica; (c) 1987-89, definido por uma fase de estagnação, com breves momentos de aquecimento do nível de atividade; e por último acrescentamos o período 1990-92³³, quando

³³ Esse esquema, ao qual acrescentamos o período inicial da década de 90, foi proposto por Deddeca, Cláudio Salvadori. Uma avaliação do desemprego nos mercados de trabalho

do mandato de Collor de Melo, caracterizado pela estagflação com graves repercussões sobre o mercado de trabalho. Tendo em vista a delimitação deste trabalho, concentraremos nossa contextualização no final do último período da década passada, estendendo para os primeiros anos da atual.

No início de 1989, o governo Sarney adota o Plano Verão com o objetivo de derrubar a inflação. Apesar dos efeitos deste plano o nível de ocupação, particularmente nos primeiros meses do ano, registrou-se uma reação na economia brasileira com aquecimento da demanda. Segundo Arandia³⁴, esse dinamismo deve-se ao crescimento da massa salarial resultante do aumento de 5,9% no nível de emprego e também ao acréscimo registrado no salário médio. Deste modo, a indústria obteve em 1989 um crescimento de 3,9% e o nível de desemprego situou-se em níveis relativamente baixos, em torno de 3% da PEA³⁵. Apesar disso, o objetivo do Plano não foi alcançado, visto que tivemos neste ano uma inflação alta e crescente, com uma taxa anual acumulada de 1.764,9% (IPC)³⁶. Na verdade, os efeitos do plano foram fugazes, pois em junho, logo após a liberalização

metropolitanos de São Paulo, Porto Alegre, em 1990, in Indicadores econômicos IEE, Porto Alegre, 1992, v. 20, nº 4, p. 132.

³⁴ ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos planos de estabilização. Indicadores econômicos FEE; análise conjuntural, Porto Alegre, 1990, v. 18, nº 4, pg. 155.

³⁵ Indicadores econômicos FEE, v. 20, nº 4, pg. 84.

³⁶ Conjuntura econômica, fev. 90, pg 12.

Dos preços, o nível da inflação já alcançava os mesmos 25% que motivaram a sua adoção. Os fatores de estímulo da inflação estavam nas expectativas da desorganização da economia que provocaram antecipação do consumo, formação de estoques e a fuga para os ativos reais. Ao final do Governo Sarney havia uma grande desorganização da economia, e seus agentes demonstravam pessimismo com relação à possibilidade de reversão deste quadro.

No período de 90-92, alguns fatos políticos marcaram a condução da economia: (a) o choque heterodoxo em março de 90, cujo ponto mais expressivo foi o bloqueio dos cruzados; (b) o Plano Collor II, em janeiro de 1991, centralizado na reforma financeira e na política de rendas contracionista que promoveu até setembro uma estabilização dos índices de inflação; (c) política monetária fortemente restritiva para controle da oferta de moeda a partir do retorno à tendência de elevação dos preços em outubro de 1991; (d) a crise política do Governo Collor e o início da gestão Itamar Franco. Passemos, então, a uma revisão mais detalhada sobre este período.

A posse do novo Governo Collor foi acompanhada da adoção de um plano drástico para promover a interrupção do processo inflacionário, que beirava a hiperinflação. As medidas heterodoxas baseavam-se na retenção de ativos financeiros, no congelamento de preço e prefixação de salários. De imediato, o plano provocou uma modificação nas expectativas dos agentes econômicos, que atingidos pelo

"enxugamento" da liquidez procuravam reduzir os estoques acumulados no período anterior. Com efeito, o Plano era explicitamente recessivo e havia sido adotado num período em que a diminuição da atividade econômica já se fazia presente, ou seja, "os efeitos negativos criados pelo Plano Collor foram concretizados numa conjuntura econômica desfavorável"³⁷.

Devido à cultura inflacionária e, principalmente, à estrutura oligopolizada da economia nacional a retração da oferta não resultou em queda permanente dos preços.

Dessa forma, ainda no primeiro semestre de 1990, o governo abandona a promessa de prefixação de salários e opta por um ajuste ortodoxo, baseado numa política mais rígida e no atraso do câmbio e preços públicos.

Assim, ao longo do Governo Collor tivemos um prolongamento da recessão, com queda acentuada da procura, aumento dos estoques e da capacidade ociosa. Apesar disto, a inflação resistiu ao aperto monetário e à queda da atividade econômica, demonstrando que a ortodoxia das medidas de combate à inflação já não é um caminho eficaz, além de ser demasiadamente prejudicial à estrutura produtiva e ao trabalhador brasileiro.

³⁷ Deddeca, Cláudio Salvatori. Op. cit. pg. 134.

de retomada não vêm sendo acompanhados de movimento na mesma direção por parte do emprego, que apenas mostra relativa estabilidade nestes intervalos³⁹.

Foi isto que aconteceu no período entre maio e outubro de 91, quando a inflação cresce a níveis moderados, o ambiente era de expectativas empresariais favoráveis, mas a taxa de desemprego consegue apenas estabilizar-se em torno de 5%, voltando a crescer nos últimos meses do ano, totalizando para o país, em 1991, um saldo negativo de 253.337 empregos, como podemos ver na tabela 1.

TABELA 1
Variações do nível de emprego⁽¹⁾
por microrregiões
Jan-nov

Microrregiões	Anos			
	1989	1990	1991 ^(a)	1992 ^(b)
Brasil	819.630	-527.129	-253.337	-665.442
Sudeste	554.841	-350.647	-136.930	-448.926
Nordeste	66.805	-12.253	-17.826	-90.843
Ceará	11.792	-2.242	3.468	-12.101

FONTE: Dados da Lei 4923/65 (MTPS) citados pelo SINE/CE em:

(a) Resenha do mercado de trabalho, 1991

(b) Indicadores conjunturais do mercado de trabalho, 1992.

Nota (1): A variação do nível de emprego corresponde à diferença entre o número de pessoas admitidas e o de desligadas, com carteira assinada.

³⁹ Boletim de Conjuntura, IEL citado em Resenha do Mercado de Trabalho jan/dez 91 - SINE/CE, pg. 10.

As conseqüências do prolongamento da recessão sobre o mercado de trabalho no Brasil foram perversos, uma vez que este é sempre o mais duramente atingido pelos reveses da economia. Podemos observar na tabela 1, que traz as variações no nível de emprego por regiões, a redução acentuada de 527.129 empregos, que representam mais de 60% do número de ocupações geradas no ano anterior.

Por outro lado, a taxa média de desocupação, ponderada pela PEA de cada região, apurada pela Fundação IBGE em seis regiões metropolitanas - Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Salvador - aponta os três meses subseqüentes à divulgação do "Plano Brasil Novo", como aqueles em que se verificaram as variações mais expressivas na taxa de desocupação: 4,77% em abril, 5,27% em maio e 4,90% em junho, ficando a média anual em 4,28% contra 3,35% em 1989^{3º}. No último quadrimestre do ano, essas taxas reduzem o ritmo de crescimento, provavelmente em virtude do caráter sazonal da produção e do comércio, que elevam o ritmo de suas atividades neste período.

No ano de 1991, a retração de emprego formal é substancial, uma vez que se soma aos resultados negativos do período anterior. Além disso, a persistência do ambiente restritivo para a atividade econômica e o emprego assinalam para modificações estruturais no emprego industrial. Observa-se que "a cada fase de queda da produção corresponde redução do volume de emprego, mas os momentos

^{3º} BACEN. Relatório anual, 1990, pg. 29.

de retomada não vêm sendo acompanhados de movimento na mesma direção por parte do emprego, que apenas mostra relativa estabilidade nestes intervalos³⁹.

Foi isto que aconteceu no período entre maio e outubro de 91, quando a inflação cresce a níveis moderados, o ambiente era de expectativas empresariais favoráveis, mas a taxa de desemprego consegue apenas estabilizar-se em torno de 5%, voltando a crescer nos últimos meses do ano, totalizando para o país, em 1991, um saldo negativo de 253.337 empregos, como podemos ver na tabela 1.

TABELA 1
Variações do nível de emprego⁽¹⁾
por microrregiões
Jan-nov

Microrregiões	Anos			
	1989	1990	1991 ^(a)	1992 ^(b)
Brasil	819.630	-527.129	-253.337	-665.442
Sudeste	554.841	-350.647	-136.930	-448.926
Nordeste	66.805	-12.253	-17.826	-90.843
Ceará	11.792	-2.242	3.468	-12.101

FONTE: Dados da Lei 4923/65 (MTPS) citados pelo SINE/CE em:

(a) Resenha do mercado de trabalho, 1991

(b) Indicadores conjunturais do mercado de trabalho, 1992.

Nota (1): A variação do nível de emprego corresponde à diferença entre o número de pessoas admitidas e o de desligadas, com carteira assinada.

³⁹ Boletim de Conjuntura, IEL citado em Resenha do Mercado de Trabalho jan/dez 91 - SINE/CE, pg. 10.

A variação positiva para o Estado do Ceará em 3.468 posto de trabalho, contrastando com as demais regiões, inclusive com a estatística para a Região Nordeste, pode significar, em parte, uma redução do impacto recessivo em decorrência de políticas anticíclicas baseadas na expansão de investimentos públicos em infraestrutura⁴⁰; ou ainda ao menor impacto dos efeitos da crise sobre a matriz industrial pouco complexa do Estado, que devido o pequeno grau de interligação (complementariedade) da cadeia produtiva distribui esses impactos de forma mais lenta e atenuada.

No ano de 1992, embora com ausência de novos choques, a política econômica, baseada em altas taxas de juros e retração da atividade, não produziu redução significativa nos índices inflacionários e elevou as taxas de desemprego.

A crise econômica adicionou-se a política, consequência da revelação do esquema de corrupção armado no Governo. Ficou claro que o Governo Collor fracassara nas suas principais metas eleitorais de deter a inflação e moralizar o poder público. Itamar Franco assume o país, então, num contexto social, político e econômico muito grave mas até o final de 1992 não havia apresentado um plano de estabilização que revertesse a situação apresentada até aqui.

⁴⁰ Explicação sugerida por técnicos do SINE. Resenha do Mercado de Trabalho jan/dez 91, p. 11.

A conjuntura do emprego agravou-se ainda mais; segundo dados da PED-SEADE (base média de 1985 igual a 100) para a Grande São Paulo, o índice de desemprego passou de 88,0 1990 para 102,5 em 1991, chegando a 152,7 em 1992⁴¹. A variação do nível de emprego para o Brasil foi particularmente acentuada para baixo, com um saldo de menos 665.442 empregos no ano, movimento que se confirma para todas as demais regiões.

11.3.2. O mercado informal de trabalho em Fortaleza

11.3.2. a) Movimentos gerais

Como já era de se esperar, a permanência da situação econômica recessiva teve repercussões negativas sobre o mercado de trabalho na cidade de Fortaleza, que por concentrar a maioria da população ocupada no estado, espelha o comportamento do mercado de trabalho em todo o Ceará.

De acordo com a tabela 2, vemos que a porcentagem da população ocupada, em relação à população em idade ativa (idade maior ou igual a 10 anos) apresentou uma tendência de queda. O mês de dezembro de 1992 destaca-se com uma taxa de ocupação de 41,27, ligeiramente superior ao patamar alcançado em dezembro do ano anterior.

⁴¹ Estatística citada em Indicadores Econômicos FEE, v. 20, nº 4, p. 49.

TABELA 2

Indicadores de ocupação, participação e desemprego

Fortaleza

1989 92"

INDICADOR	ANO	1989	1990	1991	1992
ocupação		43,41	42,50	41,13	41,27
participação		47,37	47,77	47,35	46,50
ocup. informal		49,00	52,22	50,47	53,41
desemp. aberto		8,05	10,14	10,52	10,60

FONTE: Indicadores conjunturais do mercado de trabalho, SINE/CE.

Nota (1): Os valores são todos de dezembro de cada ano.

Todavia, se nos remetermos às estatísticas mensais do ano de 1992, veremos que as taxas de ocupação eram, em janeiro, de 40,42%, em março, 39,61% e, em maio, 38,73%. Este perfil decrescente só veio se modificar a partir de junho, quando essas taxas alcançaram certa estabilidade em torno de 39%, até o mês de setembro. A recuperação das taxas de ocupação ocorreu somente nos últimos três meses do ano, com 39,62%, em outubro, 40,12%, em novembro, e 41,27%, em dezembro; mesmo assim, a taxa de ocupação em dezembro de 92, de 41,27%, não é muito diferente daquela apresentada em dezembro de 91 (41,13%).

neste ano, também os efeitos da sazonalidade foram retardados pelo agravamento da recessão, concentrando-se praticamente no último mês do ano, diferente do que sempre ocorre, que é o aquecimento da produção já nos meses de agosto/setembro, quando as

empresas elevam sua produção para atender às encomendas feitas por parte do comércio⁴².

Salientamos que esse fenômeno sazonal, apesar de contribuir para amenizar as taxas de desemprego nos últimos meses do ano - quando as empresas recorrem à contratação de mão-de-obra temporariamente com redução de sua capacidade ociosa - contribui para a manutenção das mesmas taxas de desemprego a níveis elevados⁴³.

As taxas de desemprego aberto demonstram claramente o impacto negativo da crise conjuntural brasileira sobre o mercado de trabalho. Em período de relativa melhora, com recuperação do ritmo da atividade econômica, como o de maio a setembro de 1991, as taxas declinaram um pouco sem que houvesse, efetivamente, uma recuperação do nível de emprego. Após estes curtos intervalos as taxas de desemprego retornavam a seus índices elevados.

A taxa de participação, contudo, manifesta uma tendência peculiar de ligeira redução, o que pode significar que menos pessoas estão procurando trabalho, ou seja, com a continuidade da recessão, cresce o número de trabalhadores desalentados, isto é, trabalhadores que desistem de procurar trabalho por não acreditarem que existam vagas para sua colocação.

⁴² Fato destacado em Indicadores Conjunturais do Mercado de Trabalho. SINE/CE. Set-Dez/92. pg. 10.

⁴³ Ver mais sobre este assunto em "Desemprego e Subemprego em Fortaleza: principais indicadores". SINE, Dez 1992.

11.3.2. b) O crescimento do setor informal

A ocupação informal demonstrou resultados que apontam para uma tendência de crescimento; de acordo com a tabela 2, o ano de 1991 parece ir de encontro a este comportamento, pois apresenta uma taxa de ocupação informal em dezembro de 50,47%, inferior aos 52,22 de dezembro de 1990.

Devemos lembrar, no entanto, que entre maio setembro de 1991, a economia brasileira passava por um momento de alívio, com taxas de inflação moderadas e taxas de desemprego declinantes. As estatísticas para o segmento informal, neste período, também demonstram uma retração - 49,96% em junho e 49,94% em setembro - em virtude do redirecionamento, no sentido ascendente, da atividade econômica. A partir do mês de outubro, porém, as expectativas de uma hiperinflação inibem o ritmo da economia, e as taxas de ocupação informal retomam sua tendência crescente, que se estenderá pelo ano de 1992.

Portanto, a taxa de 50,47% em dezembro de 1991 - não configura uma tendência de redução ou de estabilização da atividade informal, mas decorre da contração deste mercado durante o breve período de redução da curva inflacionária, entre maio e setembro deste ano.

Podemos observar com maior clareza o comportamento do mercado informal de trabalho no gráfico 1, que apresenta as taxas de

ocupação informal⁴⁴ e taxas de desemprego de 1989 a 1992.

Em 1989, o setor informal já apresentava uma tendência ascensional, enquanto a taxa de desemprego situava-se em torno dos 9% da PEA. Supomos que esta estabilidade da taxa de desemprego foi em grande parte mantida pelo engajamento da força de trabalho no setor informal da economia⁴⁵, uma vez que a redução da atividade econômica impulsionava a população a tentar manter sua sobrevivência através de formas alternativas de ocupação.

Em 1990, notadamente a partir de março, o choque da primeira fase do governo Collor significou uma aceleração da expansão das atividades informais, expansão esta que foi substituída ao longo dos doze meses seguintes.

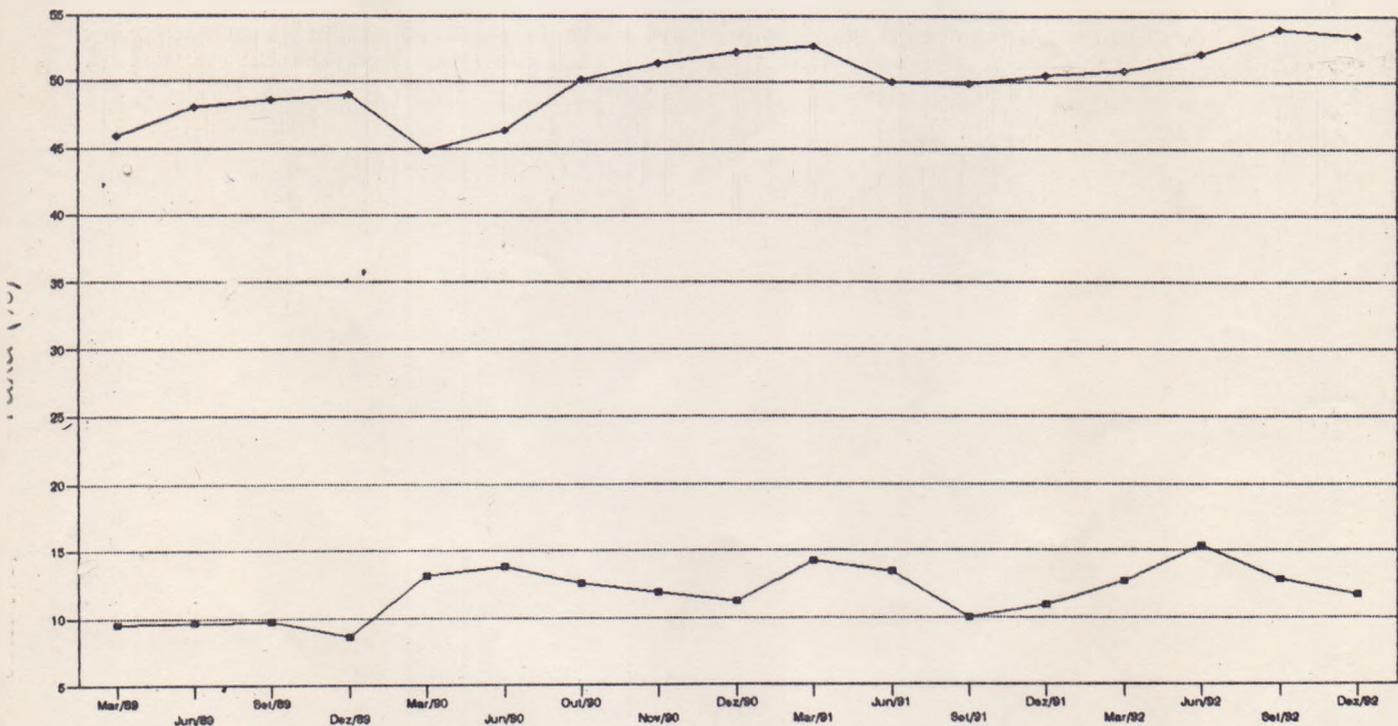
Nos primeiros meses após decretação de plano econômico o aumento do desemprego evidenciou-se como consequência da política de ajustamento e enxugamento das folhas de pagamento das empresas. As taxas de desemprego a partir de março apresentou-se altas e crescentes (13,16% da PEA em março de 13,91 da PEA em junho).

⁴⁴ A taxa de ocupação informal é medida pelo quociente entre os ocupados informais e a população ocupada total.

⁴⁵ A população ocupada total compõe-se de dois segmentos: população ocupada no setor formal e população ocupada no setor informal. Deste modo, as taxas de ocupação e, conseqüentemente, as taxas de desemprego são fortemente influenciadas pela ocupação informal.

Gráfico 1

Desemp. Total e Ocup. Informal



Fonte: Indicadores Conjunturais, SINE/CE

—■— D.T.
—●— O.I.

A partir de outubro as taxas de desemprego caem, porém é preciso qualificar esse comportamento. Em primeiro lugar, o declínio foi pequeno, de modo que o desemprego neste últimos meses foi ainda superior ao observado no mesmo período de 1989.

Em segundo lugar, convém averiguar onde se deu esse aumento de oportunidade de emprego. O emprego com carteira assinada declinou fortemente durante o ano: 76,89% dos empregados particulares em março, 74,25% em junho e 69,50% em outubro⁴⁶. Isto pode significar que a ampliação da ocupação se fez por meio do mercado informal.

Outro indicador do crescimento do segmento informal no último trimestre de 1990 é o trabalho autônomo, que representava 22,64% e 29,64% da PO, em março e dezembro, respectivamente⁴⁷.

Esse crescimento da ocupação não está igualmente isento dos efeitos de sazonalidade, que fazem presentes nos últimos meses do ano.

Portanto, o crescimento tanto de número de trabalhadores sem carteira assinada quanto da participação do trabalho autônomo, pode ser um indicativo da ampliação das atividades informais, utilizadas

⁴⁶ Dados dos indicadores conjunturais do mercado de trabalho. SINE/CE, 1990, pg. 31.

⁴⁷ Idem, pg. 8.

como alternativa ao desemprego.

O ano de 1991 inicia-se com taxas elevadas de desemprego, as quais a partir de março começam a declinar em virtude da economia ter desfrutado de um leve período de "recuperação amortecida"^{4º}.

A participação do segmento informal da mesma forma se reduz entre março e junho, mantendo-se praticamente estável, em torno de 50% da PO, entre junho e setembro. Esta relativa estabilidade, acompanhada de taxas de desemprego declinantes pode significar uma maior absorção de mão-de-obra por parte do setor formal da economia. De fato, a participação trabalhadores com carteira assinada cresceu um pouco durante este período; em maio estes trabalhadores representavam 72,15% e em junho, pico da recuperação, era 74,92% dos empregados particulares.

Quanto à permanência do nível de ocupação informal nesses períodos de reaceleração da atividade econômica, por ser, em parte, explicada pelo fato da reposição do nível de emprego ocorrer de forma lenta na retomada do crescimento do que a sua eliminação na fase recessiva. A redução significativa das taxas de ocupação informal e a recomposição do emprego formal só se efetivarão num ambiente de prolongada expansão da produção, ou seja, com uma

^{4º} Termo utilizado pelos técnicos do SINE/CE na resenha de mercado de trabalho (jan/dez/91), pg. 9, para designar o período entre maio e setembro de 1991, quando as atividades econômicas passam por uma breve aceleração num ambiente de expectativas empresariais favoráveis.

reversão da conjuntura recessiva atual.

Tal é a fragilidade desta recuperação da atividade econômica, que já em outubro o desemprego e a taxa de ocupação informal voltaram a subir. Este fato evidencia a impossibilidade de haver uma retomada sustentada de crescimento quando não se tem uma recuperação dos investimentos.

No ano de 1992, as taxas de desemprego particularmente altas - apesar das reduções no último quadrimestre, por efeitos sazonais - denunciam o aprofundamento da estagnação econômica que se reflete na elevação das taxas de ocupação informal definitivamente para além dos 50% da PO, chegando em setembro ao nível "record" de 53,91%.

Devemos destacar que a pequena redução do desemprego no último trimestre do ano, relacionada com a reação sazonal da produção industrial para reposição dos estoques, indica apenas uma atenuação da crise no mercado de trabalho, pois como foi comentado anteriormente, na ausência de novos investimentos, em parte influenciada pelo ambiente de altos juros e inflação, não há perspectivas de recuperação da economia, e virtualmente do nível de emprego, no curto prazo.

O trabalho autônomo, que representa a parte mais significativa do setor informal, passou de 24,88% da PO em dezembro de 1989, para

31,15% em dezembro de 1992, um acréscimo bastante expressivo, que confirma a participação cada vez maior desta atividade na absorção de força de trabalho desempregada no período.

Se nos propusermos a investigar os motivos pelos quais os indivíduos resolvem trabalhar de forma autônoma (tabela 3) veremos que a maior frequência está entre aqueles que assim o fazem por ter dificuldade de encontrar trabalho como empregado, ou seja, é um motivo que salienta a influência da conjuntura econômica desfavorável sobre o alargamento das ocupações informais.

TABELA 3

Motivos que justificam a opção por trabalho autônomo
Fortaleza
1992

MOTIVOS	MÊS			
	MAR	JUN	SET	DEZ
Por decisão pessoal, pois não gosta de trabalhar como empregado	29,05	29,78	23,33	27,86
Por dificuldade de encontrar trabalho como empregado	30,94	35,30	46,50	35,00
Por achar que ganha mais trabalhando por conta própria	27,46	23,96	20,96	26,19
Porque desde pequeno aprendeu a trabalhar por conta própria com parentes e/ou amigos	5,08	6,02	3,54	4,59
Outros	6,57	4,94	5,67	6,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Indicadores conjunturais do mercado de trabalho, SINE/CE

O segundo maior motivo é devido o indivíduo achar que ganha mais como autônomo do que como empregado, o que não deixa de ser uma consequência de fatores como desemprego e política salarial restritiva, que forçam os trabalhadores a buscar alternativas de elevação dos seus rendimentos. Esses dois motivos permitem explicitar a importância do aspecto conjuntural no crescimento do mercado informal.

Todavia, a ampliação do segmento informal não pode ser explorada apenas por este aspecto. Ocorre, paralelamente, um ingresso de novos trabalhadores na PEA, que se instalam diretamente no setor informal; e mais importante ainda, o setor formal tem muitas vezes assumido uma aparência de informal. Esse fenômeno se estabelece na medida em que as empresas capitalistas, como estratégia de sobrevivência durante a crise, deixam de assinar a carteira de trabalho de uma parcela de seus empregados, transformando o assalariamento permanente em prestação de serviços.

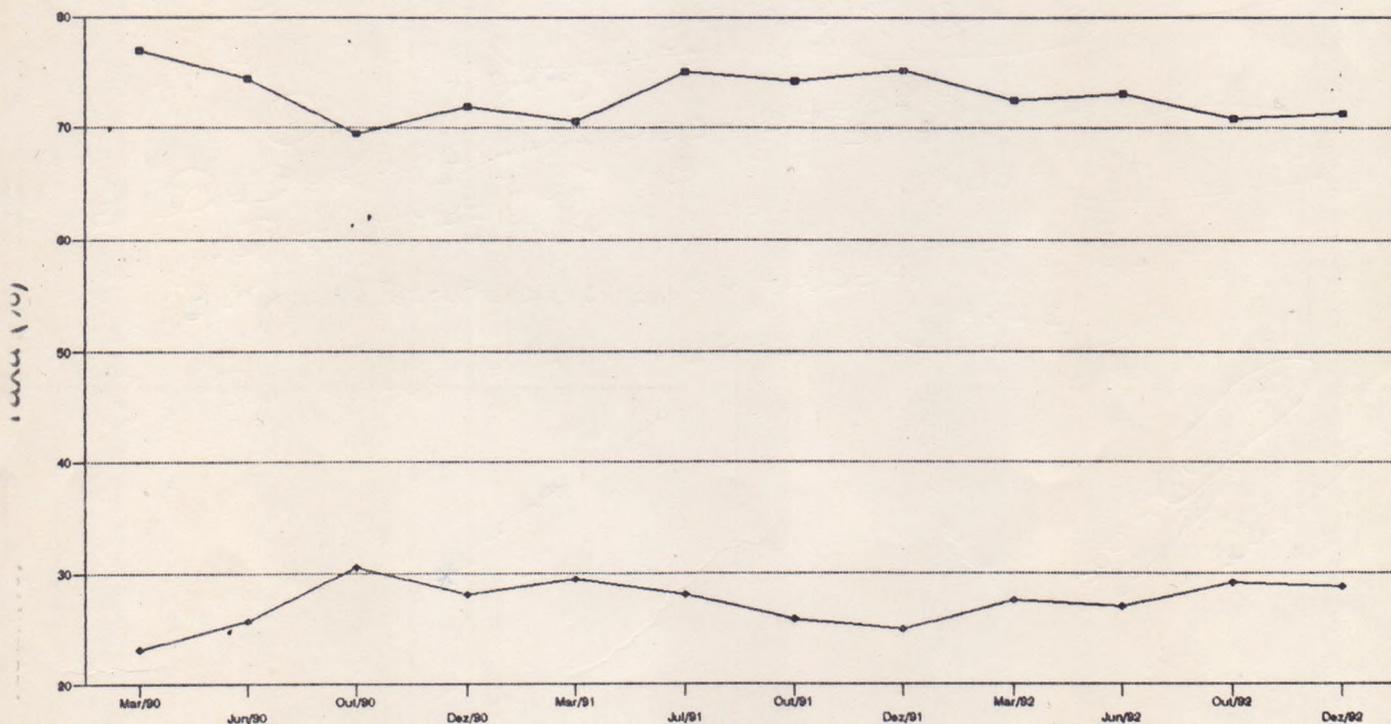
Se nos reportarmos ao gráfico 2, referente à participação dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada nos anos de 1990 a 1992, constataremos a redução ocorrida na porcentagem de trabalhadores com carteira, ao lado do aumento da participação dos sem-carteira, sobretudo a partir de dezembro de 1991. Esse fato, como destaca Sabóia⁴⁹, corresponde a uma mudança qualitativa no mercado de trabalho, no sentido de uma deterioração das condições de trabalho, já que a empresa desobriga-se de qualquer assistência ou pagamento de direitos trabalhistas ao empregado.

Em resumo, assistimos a uma mudança na estrutura ocupacional de Fortaleza, através do deslocamento de empregados com carteira para a condição de empregados sem carteira, ou ainda para o trabalho autônomo. Isto significa que o mercado informal de trabalho cresce, em parte, pela absorção da mão-de-obra desemprega-

⁴⁹ SABÓIA, J.L.M., op. cit. pg. 97.

Grafico 2

Emprego Particular - Carteira Assinada



Fonte: SINE/CE

■ c/cart. + s/cart.

da pelo setor capitalista, mas também pelo fato das empresas capitalistas estarem se desobrigando dos contratos formais de emprego, o que reduz substancialmente o custo da mão-de-obra.

Devemos destacar que esta expansão do setor informal, constatada nas estatísticas, não quer dizer que tenha ocorrido expansão no setor não-capitalista de produção. Fica claro que os trabalhadores sem carteira continuam trabalhando em empresas que compõem o núcleo capitalista da economia. Porém, a ausência de uma contratação regularizada do empregado nos permite inferir que a situação do trabalhador piora no que se refere a benefícios previdenciários e conquistas trabalhistas.

Além disso, outra questão importante com respeito ao crescimento das atividades autônomas é que, como vimos em Souza, o espaço econômico reservado ao setor não-capitalista se amplia ou se modifica na medida da expansão do setor capitalista e em razão desta. Ora, num momento de interrupção do crescimento econômico, essa expansão do setor não-capitalista não deve significar ampliação na capacidade desse segmento, mas certamente um aumento na sua dimensão ocupacional. Em outras palavras, mais pessoas estão disputando uma renda decrescente, sugerindo que, nas atividades informais com menores barreiras à entrada, o ajuste ocorre através da redução do nível de renda média.

crescimento da participação do trabalho autônomo e dos empregados sem carteira assinada na população ocupada.

Essa mudança na estrutura ocupacional denuncia a precariedade da absorção da mão-de-obra no período recessivo que inaugura a década de 90, e mostra a importância de uma reativação da economia que restabeleça um nível de emprego compatível com a oferta de trabalho existente.

CONCLUSÃO

Os fatores conjunturais desfavoráveis, associados à longa duração da crise que interrompeu o crescimento da economia brasileira, ainda na década passada, tem gerado problemas graves de ajuste no mercado de trabalho.

A utilização de mão-de-obra sofreu mudanças, tanto a nível quantitativo quanto qualitativo, e estamos conscientes que, em parte, estas se devem a transformações estruturais no processo de trabalho, ligadas ao fenômeno de reestruturação das economias industriais. No entanto, detendo-se na influência dos condicionantes de curto prazo, podemos verificar, em primeiro lugar, uma tendência de desemprego na economia brasileira, acirrada pelas políticas de estabilização que impuseram uma desaceleração da atividade econômica, e conseqüentemente, influíram de forma negativa sobre o emprego.

É necessário que se ressalte as conseqüências danosas do ponto de vista do mercado de trabalho das políticas recessivas de combate à inflação, uma vez que estas não tem mostrado eficácia em sustar as elevações dos preços e ao mesmo tempo implicam um alto custo para as camadas mais pobres da população.

A análise do mercado de trabalho em Fortaleza não apresentou diferente diagnóstico, O desemprego se amplia, demonstrando a

estreita dependência da economia local em relação às diretrizes econômicas nacionais; fica clara, portanto, que as políticas de geração de emprego a nível estadual tem efeitos muito limitados, quando as políticas do governo federal caminham no sentido oposto.

O outro fato importante diz respeito à ampliação considerável do mercado informal em relação ao formal. Esse crescimento é explicado como resultado de estratégias de sobrevivência durante a crise, tanto por parte do trabalhador desempregado, quanto pela empresa capitalista. Os trabalhadores desempregados e os novos ingressantes na PEA, em decorrência da redução das oportunidades de emprego, tem procurado ocupar-se em atividades autônomas; a categoria autônomo é a que mais tem crescido dentro do setor informal, pois sendo basicamente constituída de pequenos vendedores de mercadorias e serviços, apresentam quase nenhuma barreira à entrada.

Esta ampliação da ocupação autônoma pode resultar em queda na renda média, na proporção em que a renda deste setor, que vem sendo reduzida pela recessão, passa a ser disputada por um maior número de indivíduos.

Por outro lado, constatou-se uma transferência acentuada de assalariados com carteira de trabalho assinada para a condição de assalariados sem carteira. Isto sinaliza para o fato de que as empresas capitalistas para reduzir despesas com a mão-de-obra estão

prescindindo da formalização via carteira, e adotando a prestação de serviços como forma usual de contratação. Do ponto de vista do trabalhador é uma posição muito desvantajosa, já que frustra a participação deste em programas sociais que o beneficiem, e impede o amparo das leis trabalhistas; essa posição fragilizada contribui para que ele receba uma baixa remuneração e, conseqüentemente, mantenha um baixo padrão de consumo.

Em resumo, do ponto de vista do trabalhador, as atividades informais, em período recessivo que inaugurava a década de 90, apesar de garantir-lhes a sobrevivência, não lhes são favoráveis no que se refere à qualidade do trabalho (baixa remuneração, falta de amparo legal, etc).

Em termos de economia capitalista, como destaca Jatobá³¹, esse crescimento do setor informal pode até mesmo representar um retrocesso no desenvolvimento dos mercados de trabalho, à medida em que o assalariamento perde importância relativa para outras modalidades de inserção dos indivíduos no aparelho produtivo, tais como o trabalho autônomo.

O propósito deste trabalho se restringiu à análise do comportamento do setor informal no atual ciclo recessivo. Como

³¹ JATOBÁ, Jorge. O desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste (1981-1983). Revista Economia do Nordeste, Fortaleza, v.16, n.4, out/dez 1985, pg. 549.

prescindindo da formalização via carteira, e adotando a prestação de serviços como forma usual de contratação. Do ponto de vista do trabalhador é uma posição muito desvantajosa, já que frustra a participação deste em programas sociais que o beneficiem, e impede o amparo das leis trabalhistas; essa posição fragilizada contribui para que ele receba uma baixa remuneração e, conseqüentemente, mantenha um baixo padrão de consumo.

Em resumo, do ponto de vista do trabalhador, as atividades informais, em período recessivo que inaugurava a década de 90, apesar de garantir-lhes a sobrevivência, não lhes são favoráveis no que se refere à qualidade do trabalho (baixa remuneração, falta de amparo legal, etc).

Em termos de economia capitalista, como destaca Jatobá⁵¹, esse crescimento do setor informal pode até mesmo representar um retrocesso no desenvolvimento dos mercados de trabalho, à medida em que o assalariamento perde importância relativa para outras modalidades de inserção dos indivíduos no aparelho produtivo, tais como o trabalho autônomo.

O propósito deste trabalho se restringiu à análise do comportamento do setor informal no atual ciclo recessivo. Como

⁵¹ JATOBÁ, Jorge. O desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste (1981-1983). Revista Economia do Nordeste, Fortaleza, v.16, n.4, out/dez 1985, pg. 549.

vemos, este comportamento situou-se dentro da tendência já esperada de ampliação. Entretanto, queremos salientar, como fazem Oliveira & Casemiro²², que a apreensão mais criteriosa da ampliação do espaço econômico reservado ao segmento informal - entendido aqui como relações não capitalistas de produção - só pode ser feita em condições de normalidade da atividade econômica, quando então se evidenciam com clareza os efeitos de redução do investimento, de alterações no padrão de acumulação, sobre o setor informal.

Não pertencem ao contexto desta Monografia sugestões ou críticas às políticas de emprego direcionadas para o setor informal. No entanto, queremos chamar atenção para a forma em que se dá a inserção no setor informal em período de retração da economia, forma esta bastante desvantajosa para o trabalhador, principalmente, no caso das economias nordestinas e cearense, que em condições de crescimento já apresentavam graves problemas de subutilização e subremuneração da força de trabalho²³. O ciclo recessivo só veio agravar esta problemática deteriorando cada vez mais a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias.

²² Oliveira & Casemiro, op. cit. pg. 75.

²³ No período 1960-80, em razão da política de industrialização do Nordeste, obteve-se elevadas taxas de crescimento do produto, acompanhadas de mudanças significativas na composição da produção interna nordestina, sobretudo industrial. Porém, pelo lado do mercado de trabalho, não se conseguiu atenuar os níveis de subemprego e desemprego. No início da década de 70, o desemprego aberto atingia cerca de 6% da força de trabalho não-agrícola, enquanto a subutilização e a subremuneração de mão-de-obra variava entre 20 e 30% da PEA não-agrícola. (Jatobá, op. cit. p. 522).

Oliveira e Casemiro⁸⁴, sugerem a não adoção de políticas de emprego baseadas na sustentação do setor informal em períodos e crise. Isto porque a ampliação das oportunidades no setor informal é quase sempre acompanhada por uma tendência à pauperização dos trabalhadores inseridos nestas atividades. O caminho adequado ao nosso ver é o de promover um melhor posicionamento do setor informal em relação ao setor capitalista, diminuindo as desvantagens do segmento informal tanto em termos tecnológicos, quanto fiscais e creditícios. Isto, contudo, não se dissocia de uma política mais ampla de emprego a nível nacional, integrada a uma política industrial sustentada na retomada dos investimentos produtivos, nos diversos setores da economia. Em outras palavras, os resultados serão substancialmente melhores quanto mais coerentes forem as estratégias nacionais de política industrial e de emprego, e as políticas governamentais locais de geração de emprego e renda.

⁸⁴ Idem, pg. 81.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. *A produção não-capitalista: uma discussão teórica*. Porto Alegre, FEE, 1985.

BACEN. *Relatório anual*, 1990.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Ensaio econômico, IPE - USP, nº 26, 1983.

DEDDECA, Cláudio Salvadori. *Uma avaliação do desemprego nos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo*. Indicadores econômicos FEE, Porto Alegre, v. 20, nº 4, 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER - FEE. *Indicadores econômicos FEE: análise conjuntural*. Porto Alegre, v. 20, nº 4.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, fev. 92.

IBGE. *Emprego, subemprego e desemprego*. Rio de Janeiro, 1981.

JATOBÁ, Jorge. *O desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste (1981-1983)*. *Revista econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 16, nº 4, out/dez 1985, p. 549.

KATZ, Fred.. *A questão conceitual nos estudos contemporâneos de atividades econômicas de pequena escala, suas relações com as teorias de desenvolvimento econômico. Uma breve resenha histórica e crítica*. ANPEC.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Aécio Alves de & CASEMIRO, Liana Maria Carleial. *Considerações sobre acumulação, emprego e crise na região metropolitana de Fortaleza*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 16, nº 1, jan/mar 1985.

PACHECO FILHO, Calino. *Emprego e salário: a queda do Governo Collor e as novas perspectivas. Indicadores econômicos FEE: análise conjuntural*, Porto Alegre, v. 20, nº 4, 1992.

PINHEIRO, Ana Paula Bezerra. *Economia informal: considerações teóricas e o caso de Fortaleza* (monografia). Fortaleza, UFC, 1991 (mimeo).

SABÓIA, João L. M. *Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983*. *Revista de Economia Política*, v. 6, nº 3, jul/set. 1986.

SINE/CE. *Desemprego e subemprego em Fortaleza: principais indicadores*. Dezembro 1992.

SINE/CE. *Crescimento do desemprego pós-Plano Collor. Os efeitos diretos sobre o trabalhador*. Fortaleza, 1990.

SINE/CE. *Indicadores conjunturais do mercado de trabalho: município de Fortaleza*. Pesquisa Desemprego e Subemprego, jan/dez 1989.

SINE/CE. *Indicadores conjunturais do mercado de trabalho: município de Fortaleza*. Pesquisa Desemprego e Subemprego, jan/dez 1990.

SINE/CE. *Indicadores conjunturais do mercado de trabalho: município de Fortaleza*. Pesquisa Desemprego e Subemprego, jan/dez 1991.

SINE/CE. *Indicadores conjunturais do mercado de trabalho: município de Fortaleza*. Pesquisa Desemprego e Subemprego, jan/dez 1992.

SINE/CE. *Resenha do Mercado de Trabalho*, jan/dez, 1989.

SINE/CE. *Resenha do Mercado de Trabalho*, jan/dez, 1990.